Hospital e Pronto Socorro
Delphina Rinaldi Abdel Aziz

SUS Secretaria de Saúde AMAZONAS GOVERNO DO ESTADO

BALANÇO PATRIMONIAL - 2021
Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz

CONTRATO DE GESTÃO 01/2019 - PRESTAÇÃO DE CONTAS

Complexo Hospitalar Zona Norte: Av. Torquato Tapajós, S/N – Colônia Terra Nova
Manaus – Amazonas – CEP 69093-415
www.chzn.org.br

ACREDITADO ONA

INDSH Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano
RESPEITO À VIDA

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH
HOSPITAL E PRONTO SOCORRO DELPHINA RINALDI ABDEL AZIZ
(CNPJ 23.453.830/0022-02)

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 - Em Reais (R$)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante		**41.277.669**	**34.640.742**	**Circulante**		**34.737.182**	**25.326.038**
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.077.589	26.561.192	Fornecedores	9	18.232.530	15.767.535
Contas a receber	5	22.231.631	931.207	Obrigações trabalhistas	10	9.501.517	7.318.431
Estoques	6	8.807.000	6.745.637	Obrigações sociais	11	1.697.896	1.377.740
Adiantamento funcionários		342.817	122.007	Obrigações fiscais		634.084	733.986
Outros créditos		818.632	274.313	Outras contas a pagar	13	4.473.935	48.346
Depósito Judicial		-	6.386	Partes Relacionadas	12	197.220	80.000
Não Circulante		**28.811**	**34.361**	**Não Circulante**		**4.021.641**	**6.173.802**
Imobilizado	7	26.064	30.366	Partes Relacionadas	12	4.021.641	6.173.802
Intangível	8	2.747	3.995	**Patrimônio Líquido**	15	**2.547.657**	**3.175.263**
Total do Ativo		**41.306.480**	**34.675.103**	Patrimônio Social		1.741.680	666.671
				Superávit do exercício		805.977	2.508.592
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**41.306.480**	**34.675.103**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercicios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 - Em Reais (R$)

	Patrimônio Social	Superávit acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2019	**-**	**643.464**	**643.464**
Incorporação ao Patrimônio Social	643.464	(643.464)	**-**
Ajustes patrimoniais	23.207	-	**23.207**
Superávit do exercício	-	2.508.592	**2.508.592**
Em 31 de dezembro de 2020	**666.671**	**2.508.592**	**3.175.263**
Incorporação ao Patrimônio Social	2.508.592	(2.508.592)	**-**
Ajustes patrimoniais (nota 15)	(1.433.583)	-	**(1.433.583)**
Superávit do exercício	-	805.977	**805.977**
Em 31 de dezembro de 2021	**1.741.680**	**805.977**	**2.547.657**

Demonstração dos Superávits dos Exercicios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 - Em Reais (R$)

	Nota	2021	2020
Receitas Operacionais		**228.056.540**	**150.733.824**
Serviços prestados pacientes SUS		228.056.540	150.733.824
Custos		**(209.041.783)**	**(139.596.864)**
Pessoal e encargos		(62.596.905)	(37.047.064)
Serviços de terceiros		(74.751.352)	(65.537.274)
Materiais e medicamentos		(71.693.526)	(37.012.526)
Despesas		**(17.262.823)**	**(8.563.076)**
Pessoal e encargos		(15.649.226)	(9.261.766)
Despesas gerais e administrativas	16	(2.235.943)	(3.224.028)
Depreciação/amortização		(5.123)	(4.634)
Impostos, taxas e contribuições		(30.800)	(8.698)
Outras receitas e despesas operacionais		658.269	3.936.050
Financeiras, Líquidas		**(945.957)**	**(65.292)**
Receitas financeiras		212.475	144.678
Despesas financeiras		(1.158.432)	(209.970)
Superávit do Exercício		**805.977**	**2.508.592**

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) dos Exercicios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 - Em Reais (R$)

Fluxos de caixa de atividades operacionais	2021	2020
Superávit do exercício	805.977	2.508.592
Ajustes para reconciliar o resultado		
Depreciação/amortizações	5.123	4.634
(=) Superávit ajustado	**811.100**	**2.513.226**
Variações no circulante das contas de ativo e passivo	**(14.088.313)**	**15.963.784**
Redução / (aumento) dos créditos - circulante	(22.059.167)	12.083.477
(Aumento) de estoques	(2.061.363)	(5.214.946)
Aumento de fornecedores	2.464.995	4.175.605
Aumento de obrigações trabalhistas	2.183.086	3.893.705
Aumento de obrigações sociais	320.156	830.606
Aumento de obrigações tributárias	(99.902)	125.543
Aumento de outras obrigações	6.597.038	46.587
Aumento / redução das obrigações - não circulante	-	-
Ajustes patrimoniais	(1.433.156)	23.207
Caixa líquido (utilizado)/proveniente das atividades operacionais	**(13.277.213)**	**18.477.010**
Atividades de investimentos	**-**	**(2.350)**
Aquisição de imobilizado	-	(2.350)
Aquisição de bens do intangível	-	-
Atividades de financiamento	**(4.206.390)**	**4.390.581**
Partes relacionadas	(4.206.390)	4.390.581
(Redução) / Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**(17.483.603)**	**22.865.241**
Variação em caixa e equivalentes de caixa (nota 4)		
Saldo existente no início do exercício	26.561.192	3.695.951
Saldo existente no final do exercício	9.077.589	26.561.192
(Redução) / Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**(17.483.603)**	**22.865.241**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercicios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020- Em Reais (R$)

1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: O Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz é uma unidade hospitalar da rede estadual de Saúde, com atendimento a assistência à saúde, em regime de hospitalização atendo as patologias com atendimento especializado em diagnóstico, terapêuticas e exames de alta e média complexidade. A unidade oferece assistência de alta e média complexidade nas especialidades de cirurgia geral e clínica médica, ambulatório de especialidades, exames de raios-x, ultrassom, laboratoriais e centro de hemodiálise. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. O Hospital passou também a ser o primeiro como referência para tratamento da COVID 19 em sua nova variante Ômicron no Estado do Amazonas, encerrando 2021 com o total de 100 leitos de UTI. Localizado na Avenida Torquato Tapajós, 9250, Colônia Terra Nova, 69.093-415, Manaus - AM. **b) Contrato de Gestão:** O Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 1º de abril de 2019, por meio de contrato de gestão nº 001/2019/SES-AM, celebrando o 8° Termo Aditivo com validade até 30/09/2022. Em 2021, o Hospital foi requerido, pelo Ente Público, a prestar serviço de urgência para atendimento à COVID 19 em sua nova variante Ômicron, havendo complemento do atual contrato de gestão, onde foi acrescido ao valor do repasse mensal, recursos para suprir custos mais altos para aquisição de materiais e medicamentos, dada a condição de maior necessidade Hospitalar no País. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual n° 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja renovação para o triênio de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023 foi protocolada em 07/10/2020, junto ao Ministério da Saúde no qual se encontra pendente de julgamento. A Entidade tem a manutenção de sua certificação até a publicação da decisão pelo Ente Público, conforme previsto no artigo 24 da lei 12.101/2009. **2. Apresentações das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 25 de março de 2022. **2.2. Base de mensuração e apresentação:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4. Principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalente de caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b) Estoques:** São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c) Ativo imobilizado:** Os imobilizados de gestão pública são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **d) Ativo intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, reflete os custos com direitos de uso de software. **e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f) Julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. Provisões para riscos judiciais: A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g) Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h) Reconhecimento de receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2021 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **l) Patrimônio líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **m) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3. Impactos da COVID 19 em sua nova variante Ômicron nas operações:** A Administração da Entidade continua adotando medidas que julga necessárias para mitigar e/ou minimizar os impactos gerados pela COVID 19 em suas operações, incluindo, mas não se limitando: (i) Medidas de preservação de caixa, através de redução de custos possíveis dentro da estrutura atual e do adequado cumprimento do convênio com a SES-AM, de forma que tenha os recursos necessários para manter a continuidade de suas operações enquanto houver restrições econômicas, sociais e riscos de entrega de insumos e fornecimento derivadas da pandemia; A Unidade está investindo na contratação e capacitação dos profissionais que atuam na assistência, destacando a importância do uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI) para redução dos riscos de contaminação. Tem ainda finalidade de aprimorar a rotina de atendimento dos pacientes com a COVID 19 em sua nova variante Ômicron, evitando propagação do vírus entre empregados, usuários e no ambiente hospitalar. Buscar excelência e eficácia no atendimento aos pacientes. Dados levantados por sistema do Ministério da Saúde mostram que a unidade teve o maior número de altas entre as unidades públicas e privadas. A Administração analisa suas perspectivas sobre os efeitos econômicos da disseminação da COVID 19 em sua nova variante Ômicron no País, considerando que apesar de ter sido eleito pela SES-AM, como referência para atendimento à COVID 19 em sua nova variante Ômicron, as operações do Hospital ainda podem ser impactadas, em 2022, por nova fase de restrições impostas pelas autoridades governamentais e pela necessidade aumento de carga horária de atendimento ou obtenção de novas

continua

continuação fontes de recursos para viabilizar possíveis atendimentos de urgência. Apesar dos possíveis impactos, a Administração julga que o relacionamento com o Ente Público favorece o recebimento de recursos e estrutura em tempo para eventuais solicitações de atendimento de urgência, portanto, optou por não realizar provisões adicionais ou contingenciais nessas demonstrações contábeis.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa	**2021**	**2020**
Caixa	822	1.054
Banco conta movimento	-	-
Aplicações em CDB-custeio	9.076.767	26.560.138
	9.077.589	**26.561.192**

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo. **5. Contas Receber:** O montante refere-se a contas a receber de contrato de gestão, 001/2019/SES-AM, com a Secretaria da Saúde do Estado do Amazonas, celebrando o 8° Termo Aditivo com validade até 30/09/2022.

	2021	**2020**
Contrato de gestão número 001/2019/SES-AM	22.231.631	931.207
	22.231.631	**931.207**

6. Estoques	**2021**	**2020**
Drogas e medicamentos	1.932.877	2.776.276
Dietas enterais e parenterais	125.287	55.829
Fios cirúrgicos	70.553	88.825
Materiais de uso do paciente	1.374.716	1.551.536
Materiais de laboratório	1.211.357	370.677
Demais materiais	4.092.210	1.902.494
	8.807.000	**6.745.637**

Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

7. Imobilizado	**Ap. Med e Cirurg. 10%**	**Equip. Informática 20%**	**Máqs e Equipamentos 10%**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2020				
Saldo inicial	**-**	**3.262**	**28.332**	**31.594**
Aquisição	2.350	-	-	2.350
Depreciação	(153)	(654)	(2.771)	(3.578)
Saldo final	**2.197**	**2.608**	**25.561**	**30.366**
Saldo em 31 de dezembro de 2021				
Saldo inicial	**2.197**	**2.608**	**25.561**	**30.366**
Aquisição	-	-	-	-
Ajuste	(20)	(59)	(252)	(331)
Depreciação	(235)	(713)	(3.023)	(3.971)
Saldo final	**1.942**	**1.836**	**22.286**	**26.064**

8. Intangível	**Softwares 20%**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2020		
Saldo inicial	**5.051**	**5.051**
Aquisição	-	**-**
Depreciação	(1.056)	**(1.056)**
Saldo final	**3.995**	**3.995**
Saldo em 31 de dezembro de 2021		
Saldo inicial	**3.995**	**3.995**
Aquisição	-	**-**
Ajuste	(96)	**(96)**
Depreciação	(1.152)	**(1.152)**
Saldo final	**2.747**	**2.747**

9. Fornecedores	**2021**	**2020**
Materiais e medicamentos	5.025.786	4.194.159
Serviços médicos	11.758.508	10.868.992
Serviços	867.797	693.795
Diversos	580.439	10.589
	18.232.530	**15.767.535**

10. Obrigações Trabalhistas	**2021**	**2020**
Obrigações com pessoal	3.715.071	3.432.792
Provisão de férias	5.357.881	3.597.820
Provisão FGTS s/férias	428.565	287.819
	9.501.517	**7.318.431**

11. Obrigações Sociais	**2021**	**2020**
INSS a recolher	411.303	373.841
FGTS a recolher	587.316	479.906
IRRF s/ folha a recolher	605.057	522.631
Contribuição Sindical a recolher	8.450	1.362
Assistência Médica a pagar	85.770	-
	1.697.896	**1.377.740**

12. Partes Relacionadas: O saldo a pagar em 2021 no passivo circulante R$ 197.220 (R$ 80.000 em 2020), corresponde aos serviços da gestão da Sede Administrativa, previsto em contrato de gestão. O contrato de gestão nº 001/2019/SES-AM, compreende a Administração do Complexo Hospitalar, considerando o Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz e a UPA 24 horas - Campo Salles. Os recursos obtidos para gestão destas unidades são transacionados entre ambas, de acordo com o fluxo financeiro estipulado para a manutenção das atividades. Em 2021, o Hospital transacionou R$ 4.021.641 (R$ 6.173.802 em 2020) com a UPA 24 horas - Campos Salles. Para efeito de controle dos recursos de gestão, são elaboradas informações financeiras para prestação de contas ao Ente Público de forma consolidadas entre Hospital e UPA, onde os saldos das transações entre partes relacionadas são eliminados.

13. Outras Contas a Pagar			
Descrição		**2021**	**2020**
Empréstimos Materiais SES - AM	(i)	4.323.497	-
Outras contas a pagar		150.438	48.346
		4.473.935	**48.346**

(i) Refere-se a materiais adquiridos pela Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas e cedidos para utilização pelo Hospital. Estes valores serão descontados parcial ou integralmente de repasses futuros à Entidade, sendo classificados em passivo circulante, em virtude da expectativa da Administração de que seja realizado durante o exercício de 2022.

14. Provisões para Contingências e Depósitos Judiciais: A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas. A Administração julga não ser necessário a provisão para demandas judiciais. Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

	Possível	
	2021	**2020**
Trabalhista	110.000	25.000
	110.000	**25.000**

15. Patrimônio Líquido: O Patrimônio Social é acrescido de excedentes de receitas sobre despesas (superávit) ou deduzidos por insuficiências (déficit), dos resultados obtidos nas atividades de gestão. No ano de 2021, foram realizados processos de reconciliação e reclassificação de saldos patrimoniais e baixa de provisões de obrigações trabalhistas relativas ao exercício de 2020, além de consumo de estoque de oxigênio e baixa de inventários realizados no início de 2021 em detrimento à intensa utilização de materiais e equipamentos no ápice de operação contra COVID-19, totalizando R$ 1.425.600. Além disso, em 2021, houve a descontinuidade de Centro de Serviços Compartilhados de mesma gestão, onde houve a incorporação dos valores rescisórios e encargos sociais de funcionários transferidos para a unidade no montante de R$ 7.983.

16. Despesas Gerais e Administrativas	**2021**	**2020**
Serviços de Gestão	(1.311.660)	(2.020.000)
Telefone	(327.901)	(135.707)
Água e esgoto	(121.802)	(530.430)
Manutenção e conservação	(7.996)	(35)
Viagens e hospedagens	(48.462)	(83.727)
Outros	(418.122)	(454.129)
	(2.235.943)	**(3.224.028)**

17. Renúncia Fiscal: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade dever ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2021	**2020**
Cota patronal	13.736.352	7.476.820
Terceiros	3.983.542	2.168.278
RAT/SAT	1.373.635	747.682
Autônomo	5.098	50
Total INSS	**19.098.627**	**10.392.830**
COFINS	6.885.086	4.522.019
Total COFINS	**6.885.086**	**4.522.019**
Total	**25.983.713**	**14.914.849**

18. Cobertura de Seguros: Em 2021, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.

19. Instrumentos Financeiros: A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2021	**2020**
Aplicações em CDB-custeio	9.076.767	26.560.138
Contas a Receber	19.945.825	931.207
Total ativos financeiros	**29.022.592**	**27.491.345**
Fornecedores	18.232.530	15.767.535
Total passivos financeiros	**18.232.530**	**15.767.535**

20. Gestão de Riscos: A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. Risco de liquidez: As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações de recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. Risco de operacional: **Principais riscos associados a COVID 19 e suas novas variantes nas operações da Entidade:** Os riscos decorrentes de pandemias de saúde, atualmente provocadas pela COVID-19, podem contribuir de maneira significativa para a deterioração das condições econômicas no Brasil e nos demais países intensamente afetados, e poderiam trazer, entre outras consequências: (i) risco de recebimento ou atrasos no recebimento dos recursos do contrato de gestão por recessão econômica e redirecionamento de gastos do Ente Público; (ii) Aumento significativo nos custos de aquisição de insumos e materiais para tratamento e contenção da COVID-19, caso o Hospital seja eleito como ponto de referência para atendimento da doença, o que pode levar a desabastecimento e/ou necessidade de complemento de fluxos de caixa; (iii) Paralisação parcial ou completa de fornecimento de produtos e serviços, em virtude de colapso ou demanda excessiva, por tempo indeterminado; e (iv) Alto nível de exposição de funcionários, clientes, fornecedores, prestadores de serviço em relação ao contágio, possibilitando perda de capacidade de atendimento. A Administração manteve seu planejamento de atividades ao longo de 2021, relativo à preparação de sua estrutura para atender maior demanda de pacientes, executando as atividades com resguardo necessário de seus profissionais, clientes e fornecedores. A Administração acredita que o Hospital não possui risco de continuidade operacional. No entanto, mudanças futuras que possam deteriorar o ambiente econômico, social e de saúde, podem levar a Entidade a rever suas estimativas de fluxo de caixa futuro e, eventualmente, podem requerer novas requisições de recursos e estrutura junto ao Ente Público. **21. Eventos Subsequentes: a) Impactos da COVID-19 para 2022:** A Administração da Sociedade acompanha tempestivamente e com responsabilidade as informações e orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), Ministério da Saúde e demais agências reguladoras, acerca das medidas adequadas a serem implementadas nas atividades operacionais e administrativas. A Administração optou por não realizar provisões adicionais ou contingenciais nessas demonstrações contábeis. **b) Renovação do contrato de gestão:** O Contrato de gestão 001/2019 e aditivos, junto à Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas - SES-AM, teve sua vigência prorrogada em 01/10/2021, com novo vencimento para 30/09/2022 e, até a emissão destas demonstrações contábeis, foi sinalizado a alteração contratual para 2022, a fim de atender as demandas da COVID 19 em sua nova variante Ômicron e a manutenção dos demais atendimentos assistenciais: clínicos, cirúrgicos, radiológicos e laboratoriais. Manaus/AM, 25 de março de 2022.

José Luiz Gasparini
Diretor Executivo - CPF: 189.343.688-88
Joseph M. Feitosa Gomes
Contador - CRC - AM 013291/O

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

À Diretoria do - **Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH -** Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz - Manaus - AM. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **• Provisões para riscos e passivos contingentes:** Conforme nota explicativa nº 14, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a continua

continuação necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações contábeis. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função do seguinte assunto. i) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Amazonas), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. ii) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. **Outros assuntos:** i) Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 24 de março de 2021, sem modificações. ii) Conforme descrito na nota explicativa 3, a Entidade vem acompanhando a evolução de contágio e definições sobre restrições de atividades e circulação, promovendo a manutenção de sua estrutura para atendimentos emergenciais relacionados ao COVID-19. A Administração julga não haver fatores que impliquem em impactos imediatos e significativos nas operações de gestão do Hospital, concluindo por não ser necessário realizar provisões adicionais ou reavaliação da estrutura do contrato de gestão. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 25 de março de 2022.

Planners Auditores Independentes
CRC.SP. nº. 2SP 14.712/O-2
CVM 11.398 - CNAI PJ 000219
Heitor Piovam
Contador CRC 1SP 331.721/O-0
Auditor Independente - CNAI 6.199

Protocolo 82966